

Talles Bruno Patriota
Graduado em História (Licenciatura Plena) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestrando em Antropologia (área de concentração em Arqueologia) – Universidade Federal de Pelotas (UFPEL);
tallesbrunopatriota@hotmail.com

Patrimônio e construção da memória coletiva: a importância da patrimonialização dos sítios arqueológicos de camalaú, paraíba

Heritage and construction of collective memory: the importance of patrimonialization of the archaeological sites of Camalaú, Paraíba

Resumo: O Estado da Paraíba contabiliza uma grande quantidade de sítios arqueológicos com vestígios materiais diversificados que estão disperso ao longo de sua extensão territorial, estando a maioria localizada na região interiorana do estado. Contudo, as pesquisas empreendidas são escassas, assim como o serviço de proteção e preservação a esses bens são inexistentes ou não estão consolidados. O município de Camalaú localizado na Microrregião do Cariri-ocidental paraibano, não possui uma ação efetiva no que tange a problemática e questões relacionadas como a memória e a identidade local, e que passam despercebidas perante a sociedade. Dado essas questões, o artigo aqui proposto tem para devidos fins relacionar a problemática da consciência histórica da sociedade camalaúense com os sítios arqueológicos em torno dos seus municípios.

Palavras-chave: Patrimônio; arqueológico; Memória; Paraíba.

Abstract: The article focuses on the process of building the house in a collaborative way in the rural environment, involving the local community and academic community, adopting principles of permaculture, radical sustainability, energy saving and reuse of materials. It is a proposition in art that privileges the exchange of knowledges, affections and the care of itself, resulting in Casa Redonda as an artistic relational device.

Keywords: Patrimony; archaeological; Memory; Paraíba.

INTRODUÇÃO

Ao falarmos sobre preservação dos sítios arqueológicos, a problemática relacionada aos marcos identitários de uma determinada sociedade torna-se bastante evidente e necessária dentro de uma discussão acadêmica sobre afirmações referenciais étnicas. Afirmações essas que estão inseridas dentro de um processo de construção da consciência histórica.

Para o campo da arqueologia torna-se importante analisar a ligação de pertencimento da sociedade com o patrimônio cultural para a construção de uma memória local. Segundo Costa (2010, p.66), “a cultura material faz presente às manifestações cotidianas de uma determinada sociedade e, através de suas representações, mostrando-se como elemento definidor dos aspectos culturais de um povo”.

Rocha (2012) ressalta que o valor atrelado ao patrimonial material está além do simples sentido de herança e valores sentimentais agregados a bens materiais, mas em “experiências e memórias, coletivas ou individuais”. Caino (2010) conclui que a memória é individual e própria a cada cidadão, seja ele pertencente de uma mesma localidade que os demais. Dessa maneira, ao se construir uma identidade local acaba por se negociar tais individualidades a fim de construir uma memória coletiva.

Dada a importância entre o patrimônio arqueológico e sociedade e a necessidade da Paraíba em produzir qualitativamente e quantitativamente produções científicas que abranjam toda ou boa parte da sua extensão territorial, o atual artigo foca-se em analisar as condições preservacionistas dos monumentos arqueológicos pré-histórico do Estado da Paraíba, especificamente¹ no Município de Camalaú – localizado na Microrregião do Cariri-ocidental paraibano, na qual possui uma boa concentração de sítios arqueológicos das seguintes características: pinturas rupestres, materiais cerâmicos, líticos e cemitério, que estão dispersos ao longo da sua área rural – e discutir a sua importância na construção da memória e identidade paraibana a partir da educação patrimonial.

1. “Enquanto em algumas áreas há uma grande concentração de pesquisas, existem grandes lacunas de conhecimento na maior parte do Estado”. (IPHAN, 2009, p. 17). Assim, como consequência dessa polarização acadêmica, tem-se gerado no estado paraibano um número alto de deteriorações aos sítios arqueológicos pré-históricos, muitas delas oriundas de ações de vandalismo.

Camalaú está inserido em uma unidade geoambiental de depressão sertaneja, na qual possui uma geografia que se configura por relevos suaves na sua grande maioria, a vegetação nativa predominante é a Caatinga Hiperxerófila e, também possui, fragmentos de Floresta Caducifólia. O clima se caracteriza como Tropical Semiárido por ser uma área que corresponde a região do Alto Paraíba, ao qual é contemplado pela Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba onde banhamunicípio camaluense que se localiza ao seu arredor. A partir dessas conjunturas propícias para a habitação e formação social percebe-se o porquê da presença de inúmeros sítios arqueológicos.

Partindo do pressuposto que a patrimonialização e sua preservação torna-se possível de ser realizada a partir do momento que este “passe a fazer parte do cotidiano e da história da população que convive com ele” (OLIVEIRA, 2009, p. 107). As informações extraídas dos sítios arqueológicos do município de Camalaú a partir das pesquisas feitas devem ser socializadas com a comunidade local afim de que, através da educação patrimonial aproximar a sociedade dos registros arqueológicos e conscientizá-los da importância sócio-histórica, cultural e econômica como agentes balizadores preservacionista.

DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

Identidade Étnica a partir da Patrimonialização da Cultura Material Arqueológica

Os registros arqueológicos pré-históricos brasileiros ao ser credenciados como Patrimônio Histórico e Cultural² estão destinados primordialmente a conservação de uma memória pré-histórica e histórica (até o início da nossa colonização) deixado pelos povos nativos que aqui habitaram. Os pesquisadores alertam para a necessidade e a importância de se preservar tal memória, pois, é a partir dela que se dar a construção de uma consciência história e, conseqüentemente, a criação de uma identidade étnica.

Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos atores sociais para produzir significado, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica. (FUNARI, 2009, p. 03).

Dessa maneira, entende-se que quanto mais próximos e familiarizados a sociedade estiver com o patrimônio local, a valorização a identidade cultural e o sentimento de pertencimento com o mesmo fará com que haja uma maior identificação dos sujeitos presentes para com a sua região, “tornando-o uma parte deste passado” (KRAISCH, 2007, p. 02).

A cultura material está intimamente ligada a manifestações sociais, na qual também age como agente balizador de tais aspectos culturais. Assim, ao ser pesquisado pela arqueologia, questões como o simbólico ou imaterial está em pauta nas análises feitas sobre os materiais arqueológicos. “As informações que a arqueologia recupera de uma cultura material são de caráter “fenomenal”, pois se trata, muitas vezes, de informações efêmeras que a memória busca representar, estabelecendo uma identidade [...]”. (AZEVEDO NETTO; KRAISCH, 2007, p. 04).

No que tange ao movimento preservacionista dos sítios arqueológicos pré-históricos brasileiros, entende-se que estes estão condicionados a fatores que abrange desde a formação identitária através da memória à exploração econômica, muitas vezes utilizada para a atividade turística de forma errônea a sua preservação. Vale ressaltar que questões como a excepcionalidade ou a raridade dos mesmos não influenciam diretamente na escolha da patrimonialização, mas a sua importância para as pesquisas arqueológicas empreendidas até então. Além do mais, “[...] as políticas públicas devotadas à proteção patrimonial têm cambiado de acordo com os conceitos de identidade nacional dos governos que se sucedem no poder” (FUNARI; PELEGRINE, 2009, p. 47).

2. “(Projeto de Lei 3537/57, aprovado como Lei 3924, em 1961) protegendo os sítios arqueológicos. Até hoje ainda é a única lei federal explícita sobre a proteção ao patrimônio arqueológico”. (FUNARI; GONZALEZ, 2008, p. 16).

2. Blanco (2001, p.29), citando Nina Felshin em “¿Pero esto es arte?” diz: As discussões sobre o que se passou a chamar de arte pública de novo gênero, incluíram a noção de comunidade ou de público como constituintes do lugar e definiram o artista público como aquele ou aquela cujo trabalho é sensível aos assuntos, necessidades e interesses comunitários (tradução nossa).

Isso quer dizer que o patrimônio a ser preservado teve várias atribuições de valor, desde a necessidade de marcar as identidades dos estados nacionais em formação, passando por grupos ideológicos e de poder, que selecionam e interpretam os marcos do passado, bem como as investidas para exploração econômica deste passado, como é o caso do acervo egípcio e clássico. (AZEVEDO NETTO, 2008, p. 09).

Entretanto, na maioria das vezes questões como as citadas acima não influenciam ou não dão conta de uma possível demanda preservacionista em vários estados da federação em relação aos seus bens imateriais e materiais, sobretudo, com os sítios arqueológicos pré-históricos. Tomamos como exemplo o Estado da Paraíba que possui um complexo arqueológico histórico e pré-histórico importantíssimo espalhado por toda sua extensão territorial, mas que são pouco valorizados e/ou estudados.

Em consulta realizada no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA/SGPA³ disponível no site do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), contabilizou-se que há ao todo 137 sítios paraibanos catalogados, onde, 20 estão registrados como históricos; 117 pré-coloniais e nenhum registro de sítio arqueológico de contato.

Contudo, sabe-se que o número de sítios é bem maior ao número catalogado, possuindo importância científica, patrimonial e social e de belezas imponente. Mesmo com essa vasta área de sítios arqueológicos dos mais variados vestígios (lito-cerâmico, ósseo, artes rupestres, etc), as poucas pesquisas empreendidas não consegue abranger uma parcela considerável desses territórios pela falta de financiamento e de profissionais especializados no ramo da arqueologia. Sendo refletida nas produções bibliográficas que se tornam escassas.

A Paraíba caminha a passo de quelônios quanto ao interesse pela Pré-História, só algumas instituições governamentais, pesquisadores e universidades praticam algumas ações pontuais no sentido de investir neste setor. Não existe efetivamente intensidade que venha colocar em evidência a temática, pois carece de um contínuo, respaldado pelos governantes.

Alves (2012) nos remete sobre as constantes descobertas arqueológicas que estão sendo feitas, na qual englobam materiais como megafauna, lito-cerâmico, gravuras e as pinturas rupestres. Contudo, tais materiais arqueológicos estão sendo “ignorados pelas autoridades competentes, sem procurarem dar o valor merecido a este patrimônio que vem desaparecendo ora transportado, vendido ou levado por estudiosos de outras regiões e/ou países” (ALVES, 2012, p. 94).

Numa tentativa de proteção deste Patrimônio, surgem duas instituições importantes para a pesquisa arqueológica a nível estadual, o PROCA⁴ (Programa de Conscientização Arqueológica) e a SPA⁵ (Sociedade Paraibana de Arqueologia), cujas pesquisas bibliográficas e levantamento de campo constataram que na Paraíba existe mais de 1.000 sítios arqueológicos que estão instalados, na sua maioria, no interior do Estado.

Visto que, através de visitas já realizadas aos mesmos notou-se que boa parte desses sítios está em processo acelerado de desgaste pela ação da natureza ou animais que frequentam tais localidades; sem contar com a ação de vandalismo que deteriora cada vez mais, e de forma intensiva, esses patrimônios culturais. Dessa maneira, “corremos o risco das futuras gerações não visualizarem e nem entenderem como viviam e quais os hábitos de nossos ancestrais”. (ALVES, 2012).

Trabalhando com os Sítios Arqueológicos: Patrimônio, Memória e Turistificação

4^o O programa de Conscientização Arqueológica – PROCA é uma sociedade civil sem fins lucrativos e apolíticos, tem como principal objetivo conhecer, pesquisar, informar, divulgar e proteger o patrimônio arqueológico, paleontológico e seu contexto. Foi formalizada no ano de 1999, no entanto desde 1995 que vem realizando atividades no Estado da Paraíba”. (em: <http://arqueologiaorienteproximo.blogspot.com.br/2010/09/inventario-do-proca.html>) Acessado em 05 de Outubro de 2014

3^o O Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA / SGPA apresenta os sítios arqueológicos brasileiros cadastrados no IPHAN, com todo o detalhamento técnico e filiação cultural dos Sítios Arqueológicos”. (em: <http://www.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>) Acessado em 05 de Outubro de 2014

Os municípios na sua grande maioria tendem a criar um elo identitário com o patrimônio/sítio arqueológico bastante significativo, servindo de base e sustentação para o desenvolvimento turístico da região. A partir dessa constatação torna-se imprescindível a conservação e a educação patrimonial das comunidades sobre o bem histórico e cultural. Pois, “tornar claro o interesse social pela valorização e conservação do patrimônio arqueológico disponível para fins turísticos estimula o engajamento coletivo nos movimentos preservacionista.” (MORAIS, 2001. p. 99).

O patrimônio arqueológico quando bem conservado tende a ser um dos principais atrativos turísticos gerador de renda para a sociedade local. Além do mesmo estar trabalhando diretamente com a questão da memória, criando um simbolismo coletivo – contudo, portadora de uma historicidade – de importância política na construção social.

A importância do patrimônio arqueológico na construção da memória de um determinado local se faz necessária, pois, através dela, procuramos entender a história local, fazer parte dela valorizando o passado como instrumento de compreensão do mundo em que se vive [...]. Desta forma, a história e a arqueologia são colocadas, aqui, como forma de uma dar suporte à outra, na compreensão destas populações pretéritas e na formação dessas identidades locais. (AZEVEDO NETTO; KRAISCH. p, 07. 2007).

Fator de extrema importância para com o trabalho ao patrimônio arqueológico está ligado diretamente as competências universitárias, essas são as responsáveis pela formação dos arqueólogos e, sobretudo, em especial, a do arqueólogo. É através dessa instância do saber junto com esses profissionais que são desenvolvidas as pesquisas científicas, na qual algumas serão destinadas a programas de extensão, dispondo a sociedade

os serviços que tem como objetivo único o bem comunitário através dos avanços na área do conhecimento trabalhada.

Nas leis que competem sobre o patrimônio arqueológico, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão vinculado ao Ministério da Cultura que tem por lei a responsabilidade em proteger e preservar o patrimônio histórico e cultural, sejam eles de cunho material ou imaterial, entende que os bens históricos, mesmo estes estando localizado em propriedade privada, é da competência da União ter o poder regulatório sobre tais patrimônios.

A importância do patrimônio arqueológico na construção da memória de um determinado local se faz necessária, pois, através dela, procuramos entender a história local, fazer parte dela valorizando o passado como instrumento de compreensão do mundo em que se vive [...]. Desta forma, a história e a arqueologia são colocadas, aqui, como forma de uma dar suporte à outra, na compreensão destas populações pretéritas e na formação dessas identidades locais. (AZEVEDO NETTO; KRAISCH. p, 07. 2007).

A legislação brasileira proíbe o aproveitamento econômico, a destruição e a mutilação dos sítios arqueológicos ou pré-históricos e determina ainda que todo aquele que cometer algum desses atos será acusado de crime contra o Patrimônio da União e, como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais. (Iphan/PB. p, 51. 2009).

Com isso, entende-se que os mesmos pertençam a todos os brasileiros, no qual, qualquer indivíduo fica permanentemente proibido de fazer qualquer ato que destrua ou descaracterize o patrimônio arqueológico, assim como, não poder comercializar materiais achados nas suas áreas de preservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado da Paraíba tem ficado às margens das pesquisas arqueológicas na Região Nordeste se tomarmos como parâmetro os estados de Pernambuco e Piauí que possuem um grande fluxo de pesquisadores e eventos associados à arqueologia (a exemplo da geologia, história, antropologia e etc) a partir de suas instituições de ensino superiores (IES) que são contempladas por cursos de arqueologia. Assim, o presente trabalho através da discussão acerca do patrimônio arqueológico e seu processo de patrimonialização vêm fortalecer os estudos na área da arqueologia, pré-história e, sobretudo, relacionado à memória paraibana, tornando-se mais uma fonte para futuras pesquisas arqueológicas – entre outras – relacionadas ao Estado. Na qual, também, contribui com a construção de uma identidade local e, assim, um sentimento de pertencimento para com os sítios arqueológicos...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALVES, Carlos A. B. **Vestígios arqueológicos no Agreste Paraibano**. In: Revista Tarairiú. v. 1. n.º 5. Campina Grande: LABAP/UEPB, pp. 92-99, 2014.
- ALVES, Carlos A. B. **Evolução da arqueologia e a falta de compromisso governamental**. In: OLIVEIRA, Thomas Bruno (org). **Pré-História II: estudos para a arqueologia da Paraíba**. João Pessoa: JRC Editora, pp. 47-57. 2011.
- AZEVEDO NETTO. **Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação**. In: *Ciência da Informação (Impresso)*, v. 37, p. 07-17, 2008.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de; KRAISCH, Adriana Machado Pimentel de Oliveira. **A relação entre História, Memória e Arqueologia: A arte rupestre no município de São João do Cariri**. In: **XXIV Simpósio Nacional de História. S/V.S/N.** p. 01-09. 2007.
- CAINO, Jonathan Santos. **Arqueologia e Memória: por um passado mais inclusivo para o Município de Cruz Alta, RS**. In: *Encontro Estadual de História/ANPUH-RS*, 10., 2010. Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2010.
- COSTA, Danilo Pereira da. **Arqueologia e Educação Patrimonial em Caiçara-PB**. In: **Revista Tarairiú**. v. 1. n.º 1. Campina Grande: LABAP/UEPB, pp. 63-74, 2010.
- GOMES, Denise Maria C. **Turismo e museus: um potencial a explorar**. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (org.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2001. 1ª. ed. Capítulo 3, p. 25-34.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. **A. Patrimônio histórico e cultural**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; **Patrimônio e memória: considerações sobre os bens culturais**. Portal do Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, p. 1-10. 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; GONZÁLEZ, Erika M. Röbrähn. **Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil**. *História (São Paulo, Online)*, v: 27, p. 13-30, 2008.
- FUNARI, Pedro Paulo A. **Fontes arqueológicas: os historiadores e a cultura material**. In: PINSKY, Carla (org). **Fontes Históricas**. 2005, pp. 81-110.
- FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (2001), **Introdução**, in idem (orgs), **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto. 2001. 1. ed. Capítulo 1, p. 07-11.
- KRAISH, Adriana M. P. O. **O Patrimônio arqueológico como elemento do Patrimônio Cultural**. In: ANPUH, 2007.
- MATANZO, Fabiana. **Turismo Arqueológico: diagnóstico e análise do produto arqueoturístico**. In: **Pasos: Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**. v. 5. n.º 1. San Cristóbal de La Laguna. pp. 99-109. 2007.
- MORAIS, José Luiz de. **A arqueologia e o turismo**. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (org.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2001. 1ª. ed. Capítulo 8, p. 95-103.
- NETO, Francisco Paulo de Melo. **Evento: de ação, de entretenimento a agente de promoção do patrimônio histórico-cultural**. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (org.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2001. 1ª. ed. Capítulo 5, p. 51-66.
- NEVES, C. M.. **Um olhar para o Município de Camalaú: Potencialidades turísticas na cariri paraibano**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação e Geografia) – Centro de Ciências Exatas da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.